

Sancionada lei que impede contratações de condenados por bater em mulher em Campo Grande/MS

Projeto de lei da vereadora Dharleng Campos (PP) também pode levar a administração municipal a demitir os condenados pela Lei Maria da Penha

(Campo Grande News, 02/05/2019 - acesse no site de origem)

A Prefeitura sancionou e publicou no Diário Oficial desta quinta-feira (2), a lei 6.194 de 30 de abril de 2019, que proíbe a contratação, na administração municipal, de pessoas condenadas pela Lei Maria da Penha. O projeto de lei aprovado na Câmara Municipal é da vereadora Dharleng Campos (PP) e também estabelece a exoneração de servidores comissionados nesta situação.

Segundo o decreto, fica vetada a contratação de efetivos ou em comissão de livre nomeação e exoneração, que inicia com a condenação em decisão transitada em julgado, até a comprovada reabilitação criminal. A lei passa a valer a partir desta quinta.

Apresentada pela vereadora em março, o mês da mulheres, o projeto foi inspirado em uma lei que já vigora no Rio de Janeiro. À época, a Dharleng opinou que o projeto poderia ser uma forma de inibir a violência doméstica. “Se pesar no bolso, quem sabe é uma forma de coibir”.

“Depois do feito já temos leis que amparam e inclusive um ótimo trabalho da Polícia Civil. Esse projeto é mais de prevenção. Se tem uma coisa que homem tem medo é de ficar sem emprego. Nesse sentido já que ele não respeita a mulher, se pesar no bolso, quem sabe é uma forma de coibir”, comentou.

No Rio de Janeiro a lei é estadual e foi sancionada no dia 28 de fevereiro pelo governador Wilson Witzel (PSC). A lei entrou em vigor no dia 7 de março, um dia antes do dia internacional da mulher.

Izabela Sanchez

Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande/MS atendeu mais de 8 mil mulheres no 1º semestre de 2018

Passados três anos e meio de sua inauguração, a Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande/MS, continua oferecendo atendimento humanizado e serviços integrados às mulheres

sul-mato-grossenses que procuram acolhimento e proteção, realizando encaminhamentos e monitorando os diversos casos de violência de gênero atendidos na unidade.

(Agência Patrícia Galvão, 04/09/2018)

Em visita à sede do Instituto Patrícia Galvão em São Paulo, a coordenadora da Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande, Tai Loschi, assessora técnica e especialista em gênero e políticas públicas da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério de Direitos Humanos, apresentou dados do balanço de atendimentos realizados pelo equipamento no primeiro semestre de 2018.



Tai Loschi, coordenadora da Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande/MS, e Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão (foto: Marisa Sanematsu)

Números do atendimento da Casa em Campo Grande

Primeira unidade a ser inaugurada no país, em 3 de fevereiro de 2015, a Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande/MS registrou de janeiro a junho de 2018 mais de 8 mil mulheres atendidas e 51.584 procedimentos realizados. Foram concedidas 2.189 medidas protetivas de urgência, 3.747 boletins de ocorrência registrados pela DEAM instalada na Casa e 1.538 visitas da Guarda Municipal e da Patrulha Maria da Penha às residências da mulheres sob monitoramento.

A Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande oferece acolhimento e encaminhamento para serviços integrados instalados dentro da Casa, como Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam), Defensoria Pública, Promotoria de Justiça, Vara Especializada em Violência Doméstica, além de atendimento psicossocial, capacitação para autonomia econômica e abrigamento para as mulheres em situação de violência que estão sob risco.

| Atendimentos realizados no 1º semestre de 2018 | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Total Jan-Jun |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|----------------------|
| Recepção | 1.355 | 1.125 | 1.525 | 1.359 | 1.415 | 1.240 | 8.019 |
| Setor Psicossocial | 626 | 402 | 561 | 446 | 438 | 426 | 2.899 |
| Vara de Violência Doméstica | 1.038 | 935 | 797 | 611 | 561 | 671 | 4.613 |
| Delegacia Especializada Mulher | 1.694 | 1.341 | 1.692 | 1.994 | 4.272 | 3.288 | 14.281 |
| Defensoria Pública | 423 | 315 | 392 | 352 | 361 | 305 | 2.148 |
| Promotoria de Justiça | 2.878 | 1.810 | 2.262 | 2.417 | 2.278 | 2.672 | 14.317 |
| Guarda Municipal/Patrulha Marida da Penha | 338 | 465 | 300 | 473 | 447 | 620 | 2.643 |
| Polícia Militar | 84 | 88 | 6 | 62 | 66 | 62 | 368 |
| Autonomia Econômica (Funsat) | 263 | 236 | 254 | 267 | 316 | 303 | 1.639 |
| Brinquedoteca | 83 | 84 | 120 | 75 | 94 | 65 | 521 |
| Mulheres alojadas | 27 | 20 | 28 | 27 | 20 | 14 | 136 |

[Clique aqui para acessar os relatórios mensais dos atendimentos realizados pela Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande no 1º semestre de 2018](#)

Durante sua visita, Tai Loschi falou sobre a urgência do enfrentamento à violência contra as mulheres e fez o seguinte apelo:

A violência atinge de maneira desastrosa todos os envolvidos: a mulher, os filhos e também quem a pratica.

Busque ajuda! Ligue no 153, ligue no 190, ligue no 180.

Não fique só! Busque ajuda!

Simpósio regional violência de gênero - Campo Grande/MS, 4 a 6/04/2018

Os três dias de trabalho serão divididos em temas e acontecem nas salas de multiuso da universidade

(Campo Grande News, 28/03/2018 - acesse no site de origem)

Uma parceria entre a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, do TJ-MS (Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul), e a [UFMS](#) (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) realiza de 4 a 6 de abril um dos mais abrangentes eventos para discussão de gênero. O Simpósio Regional de Violência de Gênero acontece nas salas de multiuso da universidade.

O evento tem em sua programação nomes do meio jurídico e profissionais preparados para discutir o assunto. Os três dias de trabalho serão divididos em temas: Violência doméstica enquanto fenômeno social; Feminicídio; Mulheres encarceradas; Violência contra meninas adolescentes; Corpo, gênero e identidade; Violência sexual: um diálogo entre o Direito e a neurociência; Mulheres e a Mídia.

Representam a magistratura e o Poder Judiciário os juízes Jessé Cruciol Jr. (Nova Alvorada do Sul), Alessandro Leite Pereira (Dourados), Mário José Esbalqueiro Jr. (Campo Grande), Rafael Gustavo Mateucci Cassia (Rio Verde de MT), Katy Braun do Prado (Campo Grande) e Liliana de Oliveira Monteiro (Campo Grande), além da juíza Jacqueline Machado, que responde pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS.

Estão confirmados como palestrantes Joana Chamusca Chagas, Aline Yamamoto, Iara Gonçalves Carrilho, Thais Dumet Faria, Sandra Maria Francisco de Amorim, Jacy Curado, Losandro Antonio Tedeschi, Berenice Franco, Adriana Mello, Regina Lúcia Nogueira, Luciana Rocha e Jacira Mello.

Participam como debatedores Aparecida Gonçalves, Zaira Andrade Lopes, Luciana Amaral Rabelo, Ariene Murad, Rejane Alves Arruda, Cláudia Maria Garcês, Daniella de Cássia Duarte, Angelo Motti, Flávio Adriano Nantes, Tiago Duque, Paulo Roberto Iotti Vecchiatti, Ana Lara Camargo de Castro, Sandra Regina Monteiro Salles, Katarini Giroldo Miguel, Lynara Ojeda e Deyvis de Oliveira Marques.

Coordenarão os trabalhos nas mesas de debate Edmeiry Silara Broch Festi, Ynes da Silva Félix, Vanessa Vieira e Carlos Kuntzel. Os magistrados sul-mato-grossenses também serão coordenadores de mesa e debatedores.

“Estão mais corajosas”, diz Pref. de Campo Grande no 3º aniversário da Casa da Mulher

Desde a inauguração, Unidade já atendeu 34,6 mil mulheres e ajudou na mudança do perfil das denúncias

(Campo Grande News, 01/02/2018 - acesse no site de origem)

Com 34,6 mil atendimentos divulgados pela Casa da Mulher Brasileira, nesta quinta-feira (1º), o prefeito Marquinhos Trad (PDS) justificou que o aumento de 124% nas denúncias tem relação com o encorajamento das campo-grandenses. A Unidade completa três anos de inauguração no próximo sábado (3) re e balanço apontou que até o perfil das denúncias mudou.

“As pessoas me perguntam se o aumento seria porque as mulheres estão sendo mais agredidas, mas na minha concepção é, justamente, porque elas estão tendo mais coragem para denunciar”, disse o prefeito.

Marquinhos pontuou a importância da Casa e, principalmente, o quesito de valorização da mulher, por exemplo, “as mulheres que dependiam do marido para sobreviver e, agora, com a casa elas conseguem se afastar e seguir a vida sozinhas, com projetos e cursos oferecidos”, finalizou.

Durante coletiva, a coordenadora geral da casa, Tai Loschi, informou que nesses três anos foram feitos 34.631 atendimentos na recepção e, deste total, 179.877 resultaram em encaminhamentos judiciais.

Embora os casos de tentativa de feminicídio tenham subido, Tai pontua que o perfil das vítimas evoluiu positivamente deste a chegada da Casa. As mulheres estão mais seguras.

“Quando inaugurou a casa, as mulheres que chegavam aqui estavam sempre muito machucadas, agora só com a ameaça elas já vêm para cá. A casa da Mulher deu segurança para as mulheres de Campo Grande”, disse.

A subsecretária de políticas públicas para mulheres, Carla Stephanini, complementou sobre a dificuldade que a unidade enfrentava para solucionar os problemas.

“Antes cada situação, que aparecia, tinha que ser solucionado em instituições diferentes. Agora é tudo centralizado na casa, ou seja, se eu preciso ir no juizado só vou no próximo bloco. É fundamental que a vítima perceba que está em uma situação de perigo e que há a necessidade de procurar ajuda”, disse.

A delegada titular da Deam (Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher) Ariene Nazareth Murad de Souza disse que houve aumento de 124% nos registros de boletins de ocorrência, levando em conta os casos de três anos antes da chegada da casa e dos últimos três depois da inauguração da casa.

A titular pontua que o crime mais comum é a agressão verbal, que inclui difamação, injúria e ameaças. A delegada informou que todos os feminicídios na Capital foram solucionados e os autores presos e, que apesar, de as tentativas de feminicídio terem subido, os crimes consumados reduziram.

Ariene ressaltou, que o ciclo da violência se inicia na agressão verbal, e que de um total geral dos crimes, em 2015 foram - 6.195 registros, em 2016 - 7.237, e em 2017 - 7.326. A Polícia Civil ainda não informou a quantidade feminicídios nos três anos.

Danielle Valentim e Bruna Kaspary

Mulheres passam a procurar ajuda na primeira ameaça, revela Casa da Mulher

O perfil das denúncias mudou; Há três anos as vítimas chegavam machucadas para receber o atendimento

(Campo Grande News, 01/02/2018 - acesse no site de origem)

A Casa da Mulher Brasileira completa três anos de inauguração no próximo sábado (3) e comprova em números que a campo-grandense está se sentindo mais segura e informada. Balanço da unidade, aponta que o perfil das denúncias mudou, pois as vítimas que chegavam gravemente feridas, agora procuram auxílio na primeira ameaça.

A coordenadora geral da casa, Tai Loschi, informou em coletiva nesta quinta-feira, 1º de fevereiro, que nesses três anos foram feitos 34.631 atendimentos na recepção e, deste total, 179.877 resultaram em encaminhamentos judiciais.



A casa da Mulher deu segurança para as mulheres de Campo Grande”, disse Tai Loschi. (Foto:

André Bittar)

Embora os casos de tentativa de feminicídio tenham subido, Tai pontua que o perfil das vítimas evoluiu positivamente desde a chegada da Casa. As mulheres estão mais seguras.

“Quando inaugurou a casa, as mulheres que chegavam aqui estavam sempre muito machucadas, agora só com a ameaça elas já vêm para cá. A casa da Mulher deu segurança para as mulheres de Campo Grande”, disse.

A subsecretária de políticas públicas para mulheres, Carla Stephanini, complementou sobre a dificuldade que a unidade enfrentava para solucionar os problemas.

“Antes cada situação, que aparecia, tinha que ser solucionado em instituições diferentes. Agora é tudo centralizado na casa, ou seja, se eu preciso ir no juizado só vou no próximo bloco. É fundamental que a vítima perceba que está em uma situação de perigo e que há a necessidade de procurar ajuda”, disse.

A delegada titular da Deam (Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher) Ariene Nazareth Murad de Souza disse que houve aumento de 124% nos registros de boletins de ocorrência, levando em conta os casos de três anos antes da chegada da casa e dos últimos três depois da inauguração da casa.

A titular pontua que o crime mais comum é a agressão verbal, que inclui difamação, injúria e ameaças. A delegada informou que todos os femicídios na Capital foram solucionados e os autores presos e, que apesar, de as tentativas de feminicídio terem subido, os crimes consumados reduziram.

Ariene ressaltou, que o ciclo da violência se inicia na agressão verbal, e que de um total geral dos crimes, em 2015 foram - 6.195 registros, em 2016 - 7.237, e em 2017 - 7.326. A Polícia Civil ainda não informou a quantidade feminicídios nos três anos.

Danielle Valentim e Bruna Kaspary

Mayara Amaral, a violonista de Campo Grande morta duas vezes

Crime reacende debate sobre a tipificação do feminicídio no país e as dificuldades de aplicá-lo

(El País, 30/07/2017 - [acesse no site de origem](#))

Mayara Amaral, uma violonista de 27 anos nascida em Campo Grande, foi ensaiar com sua banda e nunca mais voltou. Apareceu no dia seguinte em um matagal com [o corpo carbonizado e várias marteladas na cabeça](#). Dois suspeitos foram presos pelo brutal assassinato num motel da cidade: o músico de 29 anos Luiz Alberto Barros, por quem a jovem estaria apaixonada, e

Ronaldo Olmedo, de 33, com passagens por tráfico e roubo, segundo a polícia. Um terceiro homem, Anderson Pereira, 31, também com passagens por tráfico e roubo, foi preso por colaborar com a ocultação do cadáver.



A violonista Mayara Amaral, assassinada na semana passada. (Foto: Reprodução)

Antes de queimar o corpo da jovem como o de um animal, os três comparsas dividiram entre si os poucos pertences de Mayara: um Gol de 1992, um notebook, um celular e [um violão](#). Depois, Luiz usou o celular de Mayara para enviar uma mensagem à mãe dela tentando culpar um ex-namorado da violonista. “Ele é louco, mãe. Está me perseguindo. Estava na casa dele e brigamos feio”, dizia o texto. A essa altura o corpo já havia sido encontrado. O crime foi tipificado como [latrocínio, roubo seguido de morte](#).

O caso poderia ser mais [um assassinato num país que mata 13 mulheres por dia](#), segundo o Atlas da Violência 2016, mas Mayara foi morta duas vezes. Uma pelos seus algozes e outra pelo tratamento do seu caso nos jornais locais nos quais o depoimento dos suspeitos teve mais manchetes que os da família. Quase não se sabe quais eram os sonhos e virtudes de uma jovem que era um portento do violão e que se formou em música pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e fez um mestrado na Federal de Goiás, mas uma simples pesquisa no Google dá ampla conta do que os detidos declararam: que ela foi no motel atrás de drogas, que houve sexo consensual com os dois supostos assassinos e que ela foi morta a marteladas porque reagiu ao saber que seria roubada. “Até agora, o maior jornal da cidade não procurou minha família para dar entrevista. Estão ocupados dando voz ao bandido”, lamenta da Bélgica a irmã de Mayara, Pauliane Amaral, que não pôde ir no velório por não ter dinheiro para comprar sua passagem de volta ao Brasil.

Pauliane, apesar da distância, fez questão de não silenciar a brutalidade. [Num post que já foi compartilhado mais de 28.000 vezes](#), ela deu relevância internacional ao caso e reclamou do uso da imagem da caçula da família pela imprensa. “Quando escrevem que Mayara era a ‘mulher achada carbonizada’ ela está na foto como uma menina. Quando a suspeita envolvia o ‘namorado’ hiperssexualizam a imagem dela. Quando a notícia fala que a cena do crime é um motel, minha irmã aparece vulnerável, molhada na praia”. Pauliane também questionava no seu post por que as palavras “feminicídio” ou “estupro” não tinham sido usadas em nenhuma dessas matérias apesar dos indícios.

Mas há outra questão que levanta o caso de Mayara: no Brasil o feminicídio, tipificado como um caso específico de homicídio qualificado apenas em 2015, pode não ser uma boa estratégia de acusação. Enquanto o latrocínio é castigado com uma pena mínima de 20 anos, a pena mínima por feminicídio é de 12 anos. O feminicídio ainda é julgado levando em conta os valores dos integrantes de um júri popular. Pior: mesmo considerando a lentidão crônica da Justiça brasileira, decisões por júri popular costumam demorar mais e ter mais recursos do que casos decididos por apenas por um juiz.

A tipificação do crime pela polícia como latrocínio causou alvoroço no [movimento feminista](#). A reivindicação não é menor. O feminicídio é o nome para escancarar a violência que a mulher sofre todos os dias pelo simples fato de ser mulher, mas não só. [Não se trata de ideologia, mas de um instrumento de combate à violência de gênero, de acordo com os especialistas](#). Com a clara tipificação, o crime não se perde nas estatísticas comuns de violência urbana e, em tese, pode ser melhor mapeado e ter estratégias de combate mais claras. Há quem aponte a insensibilidade dos agentes para apurar um crime com essas características - o caso está hoje nas mãos da Delegacia Especializada de Roubos e Furtos de Veículos - mas a pergunta vai além: por que no Brasil é mais grave matar alguém para roubar um carro do que acabar selvagememente com a vida de uma mulher?

O primeiro delegado do caso, Tiago Macedo, foi duramente criticado nas redes sociais por enquadrar o assassinato como latrocínio, ignorando, aparentemente, que o relacionamento da vítima com seu assassino poderia derrubar a tese de que a jovem foi morta por causa de um carro velho. Mas o delegado Macedo explicou ao EL PAÍS que ele não ignorou os indícios, mas que, tecnicamente, para a velocidade com a qual foi conduzida a investigação, as provas recolhidas apontavam uma morte motivada pelo roubo. “Nossa prioridade era garantir a prisão”, diz.

Dito isto, o delegado mostra-se surpreso diante as críticas. “Tipificar o crime como latrocínio não significa que seja o único crime cometido. Foi dado esse tratamento porque é o mais grave com as provas que tínhamos até esse momento. Do ponto de vista jurídico não podemos nos ater a ideologias”, relata Macedo pelo telefone. O delegado continua, e argumenta que a questão pode ser mais complexa do que parece: “No Brasil, tipificar um crime como feminicídio, além de não termos provas ainda para sustentá-lo, significa abrandar a pena. E é uma porta aberta para a defesa explorar a memória da vítima. Mayara merece ser execrada em público para os advogados da defesa derrubarem o caso?”, questiona o delegado.

Da Bélgica, a irmã, que tem recebido o apoio de músicos e pessoas do mundo todo, prefere não falar sobre a estratégia de acusação que a família irá adotar, mas pede para deixar clara sua certeza: “A gente não tem dúvida de que, embora se trate de um latrocínio, ela foi escolhida por ser mulher”.

[Prefeitura de Campo Grande demite únicas tradutoras indígenas na Casa da Mulher](#)

Criada durante o governo de Dilma Rousseff (PT) em 2015, a Casa da Mulher Brasileira (CMB) funciona em Campo Grande e atende mulheres em situação de violência doméstica. O projeto inovador chegou a contratar duas mulheres indígenas que auxiliavam na tradução das línguas Terena e Guarani. Em dezembro elas foram demitidas e a Casa da Mulher está há seis meses sem o serviço.

[\(Justificando, 22/06/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A CMB funciona por meio de um convênio entre a Prefeitura de Campo Grande a União. Foi instalada em Mato Grosso do Sul por ser a quinta Unidade da Federação com mais casos de violência contra a mulher. O estado tem a segunda maior população indígena do país, cerca de 72 mil pessoas. Entre 2010 e 2014, os casos de violência contra a mulher indígena aumentaram cerca de 400%, segundo dados da própria Casa da Mulher.

Os dados sobre atendimento são bem mais tímidos. Entre 1º de abril de 2016 e junho deste ano, somente 83 mulheres indígenas foram atendidas na CMB. É que, para as mulheres indígenas, denunciar violência doméstica é uma soma de desafios. Às barreiras psicológicas soma-se a dificuldade linguística.

Dificuldade em buscar ajuda

Relatar uma situação de violência doméstica requer um trabalho específico junto às vítimas. Por isso a necessidade de acolhimento e atendimento psicossocial. Isto para todas as mulheres. No caso das mulheres indígenas, as diferenças culturais e barreiras idiomáticas tornam a busca de auxílio, muitas vezes, algo quase impossível.

É o que relata uma das mulheres demitidas, a Terena Sylmara Candido. Além de traduzir os idiomas indígenas, sua presença fazia as mulheres se sentirem mais seguras, por encontrarem semelhanças culturais:

- Quando nós chegamos lá não tinha tanta procura e com o tempo a gente foi percebendo que estava tendo, porque elas iam lá e encontravam pelo menos alguma recepção que conseguia falar com a mesma linguagem.

Sylmara atendia uma média de três mulheres por mês, durante o período vespertino. Ela afirma que a divulgação no interior do estado e nas aldeias começou a avançar, mas hoje permanece o principal desafio. Uma das conquistas foi a tradução de uma cartilha da Lei Maria da Penha para as línguas Terena e Guarani.

Ela considera que falta mais divulgação, principalmente nas aldeias. “Sempre questionei isso na época em que eu estava lá”, afirma. “A secretária era muito ligada às questões indígenas, mas, como teve troca política, envolve muita coisa né, então esse projeto não prosseguiu”.

A Terena relata um caso em que o próprio motorista da Casa do Índio, serviço ligado à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), assediou uma mulher que era levada para o atendimento. Ela teve de pegar um táxi e chegou à CMB desnorteada:

- Nessa etapa [atendimento psicossocial], quando a psicóloga vê que é indígena, se precisar da gente ela chama, quando vê que ela não está entendendo o idioma, ou está tendo muita dificuldade. Se está muito machucada tem que levar pro hospital ou pro posto mais próximo. Então, sem ter alguma indígena ali, o atendimento às vezes já trava.

Risco de fechamento

Sylmara conta que cerca de 60 pessoas perderam o emprego no fim de 2016. A crise foi o argumento utilizado para justificar a dispensa. Nesse período, a CMB chegou a correr o risco de fechar as portas.

O governo Temer extinguiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres, responsável pelo programa “Mulher, Viver sem Violência”, que a Casa da Mulher criou em Campo Grande, Brasília e Curitiba. No local funcionam, integrados, todos os serviços públicos que investigam e punem a violência doméstica: Delegacia da Mulher, Defensoria, Ministério Público e Juizado.

A crise também diminuiu a representação das mulheres na Prefeitura de Campo Grande. A gestão do prefeito Marcos Trad (PSD) transformou a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres em uma subsecretaria.

A prefeitura informa, por meio da assessoria de imprensa, que não há contratação específica para tradutores, “mas havia indígenas contratadas para a função de recepcionistas, que realizavam o atendimento ao público em geral”. “Elas atuavam também nas situações que demandavam atendimento a mulheres índias que não se expressavam em português e se comunicavam na língua Terena”.

Segundo a prefeitura, as demissões ocorreram quando o governo federal encerrou um contrato com uma empresa terceirizada.

Isabela Sanches

ONU Mulheres, OPAS e CASSEMS firmam parceria pelo fim da violência contra mulheres - Campo Grande/MS, 13/04/2017

No Mato Grosso do Sul, CASSEMS, OPAS e ONU Mulheres preparam estudo inédito sobre demanda nos planos de saúde sobre violência contra as mulheres. O evento de assinatura será realizado no 13 de abril, às 9h30, em Campo Grande. Mais informações, no cartaz:

CASSEMS, OPAS E ONU MULHERES

Parceria pelo fim da **violência** contra as **mulheres**



ANS - nº 43334

Interromper o *Silêncio*

A Cassems é o primeiro plano de saúde do Brasil a assinar um protocolo com a ONU Mulheres para a realização de um estudo sobre o impacto da violência contra as mulheres nos custos do Plano.



Quebrar o ciclo da *Violência*

Assinatura do Protocolo
Hotel Deville
13 de abril
9h30
Av. Mato Grosso, 4.250
Carandá Bosque
Campo Grande/MS



2ª Caminhada Pela Paz da Campanha Mulher Brasileira: Todos emPENHAdos contra a violência - Campo Grande/MS, 28/04/2017

Com o intuito de levar informação acerca da complexidade do cenário atual da violência contra as mulheres e dar maior visibilidade às questões relativas aos direitos humanos da Mulher, o

Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica, idealizou a 2ª Caminhada Pela Paz - Mulher Brasileira - Todos emPENHADos contra a violência. O evento será realizado no dia 28 de abril, às 16h, no centro de Campo Grande-MS.

A iniciativa faz parte da Campanha Mulher Brasileira em 1º lugar, projeto inédito no Brasil, que objetiva reforçar as estratégias no combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres, por meio de ações e projetos que sensibilizem a sociedade para uma necessária construção de uma cultura de paz, igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. A ação foi desenvolvida em consonância à Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa, movimento idealizado pela Ministra do STF Cármen Lúcia.

Serviço:

2ª Caminhada Pela Paz - Mulher Brasileira - Todos emPENHADos contra a violência

Data: 28/04/2017, com saída às 16h

Trajetos: saída do Fórum Heitor Medeiros, na Rua da Paz, nº 14, até o Centro integrado de Justiça (CIJUS), na Av. Calógeras esquina com Rua 7 de Setembro e 26 de Agosto, Centro, Campo Grande-MS.

Mais informações, no cartaz:



[Como um aborto espontâneo se transformou em uma investigação sobre ‘morte a esclarecer’, por Debora Diniz](#)

Não é preciso ser uma especialista em aborto ilegal para saber que poucas mulheres chamariam o SAMU se tivessem provocado um aborto.

O SAMU foi chamado para acolher uma mulher sangrando. Era um caso de aborto espontâneo em Campo Grande. Da ambulância, a mulher saiu escoltada para o hospital. Devia parecer alguém tão suspeita ou perigosa que teve vigilância permanente durante a curetagem. O caso pedia ainda mais urgência, quem sabe uma confissão pela insistência: o depoimento com a delegada foi colhido ainda no hospital.

[\(Huffpost Brasil, 20/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A mulher era suspeita de um crime abominável, ter provocado em si mesma o aborto de um feto de 16 semanas. O marido da vítima contou que era já o terceiro aborto espontâneo, pois a companheira teria dificuldades em manter a gravidez.

Não é preciso ser uma especialista em aborto ilegal para saber que poucas mulheres chamariam o SAMU se tivessem provocado um aborto – mesmo sofrendo, elas se resignariam ao sofrimento ou só procurariam os hospitais quando não houvesse mais alternativa. E jamais convidariam estranhos à cena do aborto.

A delegada concluiu que há “morte a esclarecer”. Não sei se entendi bem a conclusão do inquérito, pois se houve algum crime evidente neste caso foi o de violação da intimidade. Privacidade, intimidade e confidencialidade não são deveres éticos desimportantes para os cuidados de saúde.

Alguém violou a privacidade desta mulher e este é o crime que a polícia deveria se preocupar. Mas não, a fixação foi no útero da mulher sangrando. Talvez, para fazê-la sofrer ainda mais.

O SAMU tem policiais e bombeiros vinculados às suas atividades, mas como equipes complementares aos cuidados médicos. Por isso, as palavras da Secretaria de Saúde de Campo Grande, segundo o Portal Catarinas, dão uma pista de onde pode ter partido a quebra do sigilo no atendimento médico – “confidência, que é um princípio básico na relação médico paciente, pode ser ‘quebrada’”.

Não é verdade o que diz a Secretaria de Saúde. As excepcionalidades em que o sigilo médico pode ser rompido não contemplam este evento e mais: jamais se determinou que é dever dos profissionais do SAMU informarem à polícia eventos suspeitos.

O caso de Campo Grande deve nos causar um profundo mal-estar. Primeiro, pela dor desta mulher: de paciente foi transformada em algoz de si mesma, e vigiada como criminosa por quem esperava ser cuidada. Segundo, pela distorção do papel do SAMU ao entrar na intimidade das pessoas em sofrimento – é para cuidar, jamais para vigiar ou denunciar.

Por fim, e o mais importante, é por nos mostrar como o estigma do aborto impede até mesmo cuidados emergenciais de saúde. Se há mesmo algo a esclarecer sobre este caso, não é o aborto espontâneo desta mulher, mas a humilhação que sofreu pela violação de sua intimidade.